

# A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DE MATO GROSSO DO SUL - BRASIL

## *THE CONTRIBUTION OF THE FAMILY FARM FOR RURAL DEVELOPMENT IN MATO GROSSO DO SUL STATE - BRAZIL*

**Adriana Rita Sangalli**

Universidade Federal da Grande Dourados – MS – Brasil

**Madalena Maria Schlindwein**

Universidade Federal da Grande Dourados – MS – Brasil

---

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural do estado de Mato Grosso do Sul. A metodologia utilizada baseou-se em dados do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de revisão bibliográfica, abordando os aspectos da agricultura familiar e patronal, bem como do PIB do agronegócio familiar e não familiar. Os dados apresentados permitiram concluir que a agricultura familiar agrega o maior número de pessoas ocupadas no Brasil, enquanto que em Mato Grosso do Sul, predomina o maior número de pessoas ocupadas na agricultura patronal. O Produto Interno Bruto analisado apresentou um crescente desempenho, revelando que o potencial produtivo da agricultura familiar contribui consideravelmente para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, desenvolvimento rural, Produto Interno Bruto (PIB).

**Abstract:** This article aims to analyze the contribution of family farming for rural development in the state of Mato Grosso do Sul. The methodology used was based on data from the 2006 Agricultural Census, conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), beyond literature review, addressing aspects of family and employer agriculture, as well as the familiar and unfamiliar agribusiness GDP. The data presented showed that family farming adds the largest number of persons employed in Brazil, while in Mato Grosso do Sul, dominates the highest number of persons employed in agriculture employer. The Gross Domestic Product analyzed had a growing performance, revealing that the productive potential of family farming contributes significantly to the development of the State of Mato Grosso do Sul.

**Keywords:** family farming, rural development, Gross Domestic Product (GDP).

---

## INTRODUÇÃO

A utilização de terras para a produção de alimentos a fim de sanar a fome da população mundial, tem sido alvo de pesquisas e de discussões em várias áreas acadêmicas. De acordo com Hélder Muteia, representante da FAO no Brasil: "(...) a agricultura familiar é uma poderosa ferramenta para garantir a segurança alimentar da população mundial e das futuras gerações" (FAO, 2012, p.1). Para esta Organização, o fortalecimento da agricultura familiar é a chave para reduzir a fome e a pobreza, pois ela permite que o pequeno produtor tenha acesso a terra, água, mercados, tecnologias e crédito.

Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2012), a agricultura familiar é responsável por mais de 80,0% da ocupação no setor rural do Brasil, gerando sete de cada dez empregos no campo e, em torno de 40,0% da produção agrícola. A maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros, na atualidade, é oriunda das pequenas propriedades. Essa modalidade de agricultura favorece a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

A região Centro-Oeste, de acordo com Guanzioli *et al.* (2001), têm a menor presença de agricultores familiares do Brasil, porém seu papel na ocupação deste vasto território e na estruturação da economia foi de grande importância. Essa ocupação se deu através dos agricultores oriundos principalmente das regiões Sul e Nordeste, que deram impulso ao atual processo de modernização agrícola, transformando a região em principal pólo graneleiro do país. Para Hoffmann e Ney (2010), houve um crescimento nas pequenas unidades produtivas (inferior a 10 ha) na região Centro-Oeste, entre os dois últimos Censos Agropecuários (1996-2006), passando de 32 mil para 52 mil (mais de 61,2%), sendo este, o maior aumento entre as grandes regiões brasileiras.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (Brasil, 2011), 60% dos alimentos produzidos em Mato Grosso do Sul são oriundos da agricultura familiar. As políticas públicas foram essenciais para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no desenvolvimento do mundo capitalista, transformando a agricultura composita em uma agricultura familiar altamente integrada com o mercado e incorporada aos avanços técnicos e políticas governamentais (ABRAMOVAY, 1992).

Conforme Guilhoto *et al.* (2005), parte dos agricultores familiares está mais inserida na lógica de inovação tecnológica. Os quais, possivelmente ampliarão a sua estrutura produtiva, comprando ativos daqueles que se retiram da atividade. Uma grande parte dessa massa só conseguirá progredir por meio da pluriatividade, diversificando as suas atividades para que a renda familiar não dependa exclusivamente da produção agropecuária.

Para Carmo e Comitre (2011, p.450): “A potencialidade técnica dos agricultores familiares em seus diferentes matizes, coloca a necessidade de políticas diferenciadas, concebidas em um processo interativo junto aos agricultores nas suas regiões produtoras”. De acordo com Bambil e Vilpoux (2011), as propriedades familiares sujeitam-se às leis de mercado e demanda de consumidores, em que incluem-se: a concorrência, o capital, a utilização intensiva do solo e a inovação tecnológica. Conforme os autores, sem a demanda de mercado a utilização de tecnologias apropriadas tornam-se inúteis.

O Brasil é um dos países do mundo com maior concentração de terra, cuja distribuição, em sua maioria, está em poucos e grandes latifúndios e em muitos reduzidos espaços de pequenos produtores. Produtores esses, que fazem com que a agricultura familiar se desenvolva e contribua continuamente para a diminuição da fome e das desigualdades sociais no campo.

No estado de Mato Grosso do Sul o agronegócio vem se destacando, cada vez mais, devido as grandes extensões de terras e a qualidade da tecnologia utilizada. Por outro lado, a agricultura familiar também vem ganhando expressividade, impulsionada pelas políticas públicas que, nos últimos anos, foram intensificadas em nível federal. Ainda que, com índices de produtividade mais modestos, a agricultura familiar contribui com o agronegócio do estado e do país, principalmente com a ocupação e a geração de renda a um grande número de famílias de agricultores que dependem da terra para a sua sobrevivência. Neste contexto, este estudo objetiva analisar a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural do estado de Mato Grosso do Sul.

Para atingir o objetivo proposto neste estudo, foram coletados dados baseados no Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, periódicos, revistas especializadas, trabalhos científicos, entre outros.

A pesquisa documental foi realizada em órgãos oficiais específicos, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Escritório Regional em Dourados - MS e pelo endereço eletrônico nacional), e endereço eletrônico oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Para avaliar a contribuição da agricultura familiar no desenvolvimento rural foram analisados os índices de distribuição agrícola de estabelecimentos, área e pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar, no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul e, a distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio familiar e não familiar de Mato Grosso do Sul

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção contempla as características da agricultura familiar, seu surgimento e sua importância no cenário atual. A segunda seção aborda a discussão sobre o desenvolvimento rural a partir do enfoque de alguns autores. A terceira seção, retrata dados da agricultura familiar a partir do Censo Demográfico de 2006 e na quarta e última seção, são apresentados os dados referente ao produto interno bruto da agricultura familiar do estado de Mato Grosso do Sul.

## **AGRICULTURA FAMILIAR**

No Brasil, ao longo dos últimos anos, a agricultura familiar vem ganhando importância social, econômica e política, ainda que tardiamente, comparando-se aos estudos nos países desenvolvidos. Schneider (2003) destaca que a expressão “agricultura familiar” começou a surgir no Brasil a partir de meados da década de 1990, quando ocorreram eventos com significativo impacto social e político no campo, principalmente na região Centro-Sul, a consolidação dos movimentos sociais no campo e a criação do Pronaf e da Lei da Agricultura Familiar, em 1996.

De acordo com Manzanal e Schneider (2011, p. 51): “Foi na primeira metade da década de 1990 que a noção de agricultura familiar se firmou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente assimilada por estudiosos e responsáveis pelos projetos políticos”. Os autores apontam três principais fatores que legitimaram a agricultura familiar no país: a recuperação da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais durante a década de 1990, a criação em 2006 do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e da Lei da Agricultura Familiar.

Conforme Schneider (2003) a adoção da expressão “agricultura familiar” no campo político demonstra uma nova categoria sintetizada pelos movimentos sociais do campo, liderada pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Os movimentos sociais foram e são responsáveis por muitas conquistas no campo da agricultura familiar, demonstrando sua força em várias formas de manifestação como no evento anual “Grito da Terra”.

Segundo Veiga (2000), as nações desenvolvidas fizeram opção pela agricultura familiar, sendo a Dinamarca a pioneira, com uma virada política que permitiu sua expansão e consolidação no final do século 18. O último foi o Japão e mais recentemente a África do Sul. Para o autor, a agricultura familiar, como base de desenvolvimento rural para o Brasil, não pode ser caracterizada apenas por ser uma forma que predominou em todas as agriculturas de países desenvolvidos. Mas, também, porque o predomínio das grandes fazendas patronais, com força de trabalho abundante e barata, é prejudicial ao desenvolvimento rural.

A Lei Federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006, considera agricultor ou empreendedor familiar rural aquele que desenvolve atividades no meio rural, cuja área não exceda a quatro módulos fiscais, a mão de obra seja desempenhada pela própria família e a renda familiar seja originada dessas atividades (BRASIL, 2012).

Conforme o MDA a agricultura familiar é responsável por cerca de 60% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras, representando 85% dos municípios rurais do país. Também corresponde à 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e responde por 77% das ocupações produtivas e empregos no campo. No estado de Mato Grosso do Sul, 60% dos alimentos produzidos são oriundos da agricultura familiar. Em 2006, de acordo com o Censo Agropecuário, do pessoal ocupado na agricultura em Mato Grosso do Sul, com mais de quatorze anos, 45,1% estavam na agricultura familiar enquanto 54,9% estavam na não familiar (BRASIL, 2011).

Souza *et al.* (2011) constatam que a agricultura familiar, apesar da sua importância, encontra obstáculos que restringem o seu desenvolvimento, principalmente a escassez de terra, a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros. Esses fatores limitam o alcance do padrão tecnológico necessário para tornar esse segmento competitivo.

A diversidade produtiva é uma característica da agricultura familiar, destacada por Bianchini (2007). O autor ressalta que a maior diversidade de cultivos da agricultura familiar deve-se à busca de diferentes rendas distribuídas ao longo do ano para o autoconsumo alimentar, a redução de riscos e de uma menor

dependência de insumos externos, permitindo ao agricultor ser empreendedor e trabalhar ao mesmo tempo, realizando a gestão da propriedade junto com seus familiares. Característica essa, diferente da monocultura da agricultura em grande escala, que é altamente dependente de insumos externos como, por exemplo, as grandes lavouras de soja, cana-de-açúcar, arroz ou as grandes fazendas de gado de corte, que se verificam expressivamente no estado de Mato Grosso do Sul.

É no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes, conforme destaca SCHNEIDER (2003). E, em função desse referencial, é que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam a garantir a reprodução e a sobrevivência do grupo.

## **DESENVOLVIMENTO RURAL**

O modelo atual de desenvolvimento econômico tem sua base em variáveis pouco eficazes para proporcionarem um crescimento socialmente justo e bem distribuído territorialmente (LIMA FILHO, 2011).

Conforme Schneider (2004), a temática sobre o desenvolvimento rural e suas articulações externas foram retomadas no Brasil devido às discussões que visam compreender os caminhos do processo de desenvolvimento e suas raízes sociais, econômicas e culturais. O autor destaca que a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento rural brasileiro, a intervenção do estado e das políticas públicas tem ganhado espaço de discussões e de legitimidade.

Sen (2000) considera o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades humanas, que dependem não só do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento da renda, industrialização, avanço tecnológico e modernização social, os quais são um meio de expansão das liberdades. Essa forma de desenvolvimento é dada pelo aumento da capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas, que envolve um ambiente de liberdade, com disposições sociais, econômicas e direitos civis.

O desenvolvimento acontece à medida que o indivíduo aumenta a sua capacidade de fazer escolhas, ampliando o seu direito à liberdade. Essas capacidades estão ancoradas na formação de valores individuais e podem ser aumentadas pelas políticas públicas, sustentadas pelas instituições sociais (SEN, 2000). Nesse sentido, Leite (2007) observa que a reforma agrária é um processo estratégico para o desenvolvimento econômico e social sustentável, que transforma o meio rural e viabiliza a expansão das capacidades dos trabalhadores rurais sem-terra. O alto nível de concentração econômica e fundiária impede a promoção da justiça social e resulta em muitas pessoas à margem da cidadania.

O acesso a terra promove uma reorganização social nas famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores: o espaço para a construção habitacional e o aumento na disponibilidade de alimentos para a família, pelo autoconsumo. Dessa forma, os programas de assentamentos precisam ser planejados e estruturados, com solos em áreas férteis, com apoio financeiro na implantação, para a compra

de equipamentos e, principalmente, com assistência técnica que forneça o suporte necessário para o início das atividades (BERGAMASCO, 1997).

Conforme Arbix, Zilbovicius e Abramovay (2001, p. 21): “O desenvolvimento, gerado endogenamente, requer criatividade no plano político, e este se manifesta quando na percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva”. Para o autor, “(...) somente uma liderança política imaginativa” tem a capacidade de conduzir, com criatividade, a construção de estruturas que permitam avançar na conquista de novas formas de convívio social. Nessa perspectiva, constata-se a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares, via capacitação dos produtores, propondo alternativas sustentáveis e viáveis economicamente, conforme as especificidades locais.

Verifica-se que as políticas públicas de custeio agrícola são muito importantes para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros. Os quais nos últimos anos têm contribuído na melhoria da renda dos agricultores familiares, principalmente nos assentamentos rurais.

De acordo com Souza *et al.* (2011, p. 106): “No passado, os instrumentos de política agrícola e, em particular, a política de crédito rural relegaram a um segundo plano a agricultura familiar”. Os autores observam que, atualmente, a operacionalização da política de financiamento do PRONAF vem sendo abordada por diversos autores em relação à baixa abrangência do programa, a concentração dos recursos em determinadas regiões e entre agricultores mais capitalizados.

Mattei (2005), analisando o comportamento de indicadores de impactos do PRONAF sobre a dinâmica econômica dos cem municípios que mais utilizaram o crédito no período de 2001 a 2004, conclui que o programa gera reflexos bastante produtivos sobre a base econômica local, além dos efeitos sobre a dinâmica familiar. O estudo também demonstrou que a expansão do crédito gera efeitos significativos no nível de emprego e na taxa de arrecadação municipal, e o estímulo à produção gera impactos positivos sobre o PIB agropecuário, confirmando a eficácia atual deste programa de política pública e ressaltando a necessidade de sua continuidade e ampliação para todas as categorias de agricultores familiares.

## **O RETRATO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Todas as atividades agropecuárias estão inseridas no agronegócio, de acordo com Riedel (2013), presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL. O autor ressalta que: “(...) Temos um mercado interno muito forte, para o qual são destinados 70% da nossa produção, então podemos retratar nossa realidade com o termo ‘agronegócio familiar’” (RIEDEL, 2013, p. 1).

A importância e a complexidade do segmento familiar deve considerar, além da agropecuária, as atividades antes da propriedade (montante) e depois da propriedade (jusante). As quais são, em geral, interdependentes do ponto de vista econômico, social e tecnológico (GUILHOTO *et al.* 2011).

A agricultura familiar se articula sob diferentes formas e intensidades entre seus elementos família, terra e trabalho, adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Do ponto de vista conceitual, Caume (2009) observa que não se pode contrapor agricultura familiar e agronegócio, pois são categorias de processos sociais e econômicos diferentes. Sendo a agricultura familiar uma forma de organização social da produção e o agronegócio, o processo de articulação da atividade agropecuária, desempenhado tanto por formas familiares como patronais de produção, com os demais setores da economia.

O Censo Agropecuário de 2006 trouxe como novidade as informações sobre a agricultura familiar, com base na Lei 11.326 de 2006. Neste levantamento foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, como pode ser observado na Tabela 1. Um grande número de agricultores familiares, 84,4%, ocupava em 2006 uma área de 80,4 milhões de hectares, o que representa apenas 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, resultados que refletem a estrutura agrária ainda concentrada no País.

**Tabela 1.** Distribuição agrícola no Brasil, conforme Censo Agropecuário de 2006

| Tipos de Agricultura | Estabelecimentos agropecuários |            | Área total (ha) |            |
|----------------------|--------------------------------|------------|-----------------|------------|
|                      | Total                          | Percentual | Total           | Percentual |
| Familiar             | 4.367.902                      | 84,4       | 80,4            | 24,3       |
| Não familiar         | 807.587                        | 15,6       | 249,7           | 75,7       |
| <b>Total</b>         | <b>5.175.489</b>               | <b>100</b> | <b>330,10</b>   | <b>100</b> |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados, 2006, p. 26.

Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem apenas 15,6% do total dos estabelecimentos, contemplavam 75,7% da área total ocupada. De acordo com o IBGE (2006), a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, enquanto que, a dos não familiares era de 309,18 hectares.

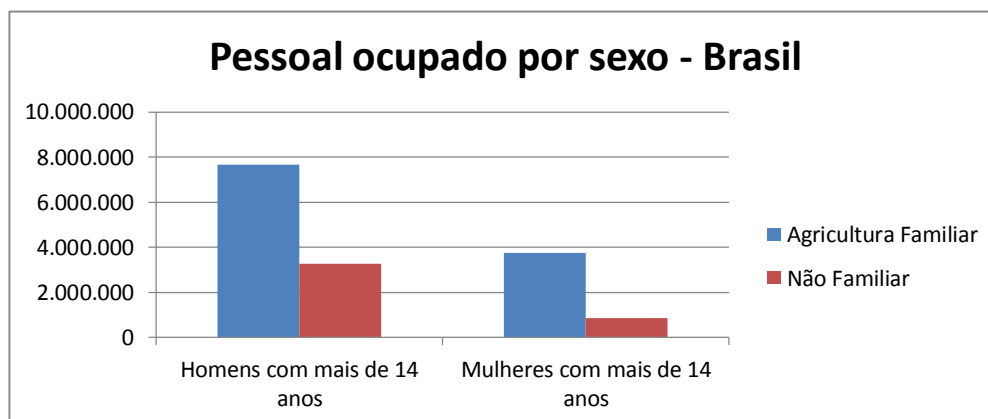
Na Tabela 2 pode-se observar o número de pessoas ocupadas nos estabelecimento agropecuários do Brasil, conforme o Censo Agropecuário de 2006. Verifica-se que o número de homens maiores de 14 anos ocupados na agricultura familiar é de 67,2% e o de mulheres maiores de 14 anos é de 32,8%. Já na agricultura não familiar o número de homens maiores de 14 anos é de 79,5% e as mulheres com mais de 14 anos totalizam 20,5%.

**Tabela 2.** Pessoal ocupado no estabelecimento, por sexo, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006.

| Pessoal ocupado no estabelecimento |                   |                   |                   |                   |                  |                   |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Agricultura                        | Total             |                   | Sexo              |                   |                  |                   |
|                                    |                   |                   | Homens            |                   | Mulheres         |                   |
|                                    | Total             | De 14 anos e mais | Total             | De 14 anos e mais | Total            | De 14 anos e mais |
| <b>Total</b>                       | <b>16.567.544</b> | <b>15.505.243</b> | <b>11.515.194</b> | <b>10.919.257</b> | <b>5.052.350</b> | <b>4.585.986</b>  |
| Familiar                           | 12.322.225        | 11.412.590        | 8.174.002         | 7.666.373         | 4.148.223        | 3.746.217         |
| Não Familiar                       | 4.245.319         | 4.092.653         | 3.341.192         | 3.252.884         | 904.127          | 839.769           |

Fonte: Adaptado de IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados, 2006.

Na Figura 1 percebe-se a disparidade do pessoal ocupado, em relação ao sexo e ao tipo de agricultura que fazem parte, no país. Do total de pessoal ocupado com mais de 14 anos (15.505.243), 73,6% estão na agricultura familiar e 26,4% na não familiar. Desse total, 70,4% são do sexo masculino e 29,6% do sexo feminino. No caso dos homens, 70,2% dos homens estão na agricultura familiar e 29,8% na não familiar. Das mulheres, 81,7% estão na familiar e 18,3% na não familiar.

**Figura 1.** Pessoal ocupado na agricultura familiar no Brasil, por sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados.

Analisando-se o pessoal ocupado com mais de 14 anos de idade nos estabelecimentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul (197.863), conforme a Tabela 3, observa-se que 45,1% estão na agricultura familiar e 54,9% estão na não familiar. Desse total, 76% são homens e 24% são mulheres. Na agricultura familiar a participação dos homens é de 67,2% e das mulheres é de 32,8%, enquanto que, na não familiar a participação dos homens é de 79,5% e das mulheres é de 20,5%.



O maior número de mulheres ocupadas na agricultura familiar deve-se às características deste grupo, de envolvimento de todos os membros da família nas atividades. Enquanto que na não familiar, o papel das mulheres fica restrito aos trabalhos domésticos não computados na análise.

**Tabela 3.** Pessoal ocupado no estabelecimento, por sexo, segundo a agricultura familiar - Mato Grosso do Sul – 2006

| Pessoal ocupado no estabelecimento |                |                   |                |                   |               |                   |
|------------------------------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|---------------|-------------------|
| Agricultura                        | Total          |                   | Sexo           |                   |               |                   |
|                                    |                |                   | Homens         |                   | Mulheres      |                   |
|                                    | Total          | De 14 anos e mais | Total          | De 14 anos e mais | Total         | De 14 anos e mais |
| <b>Total</b>                       | <b>211.191</b> | <b>197.863</b>    | <b>157.642</b> | <b>150.338</b>    | <b>53.549</b> | <b>47.525</b>     |
| Familiar                           | 97.431         | 89.142            | 63.920         | 59.389            | 33.511        | 29.753            |
| Não Familiar                       | 113.760        | 108.721           | 93.722         | 90.949            | 20.038        | 17.772            |

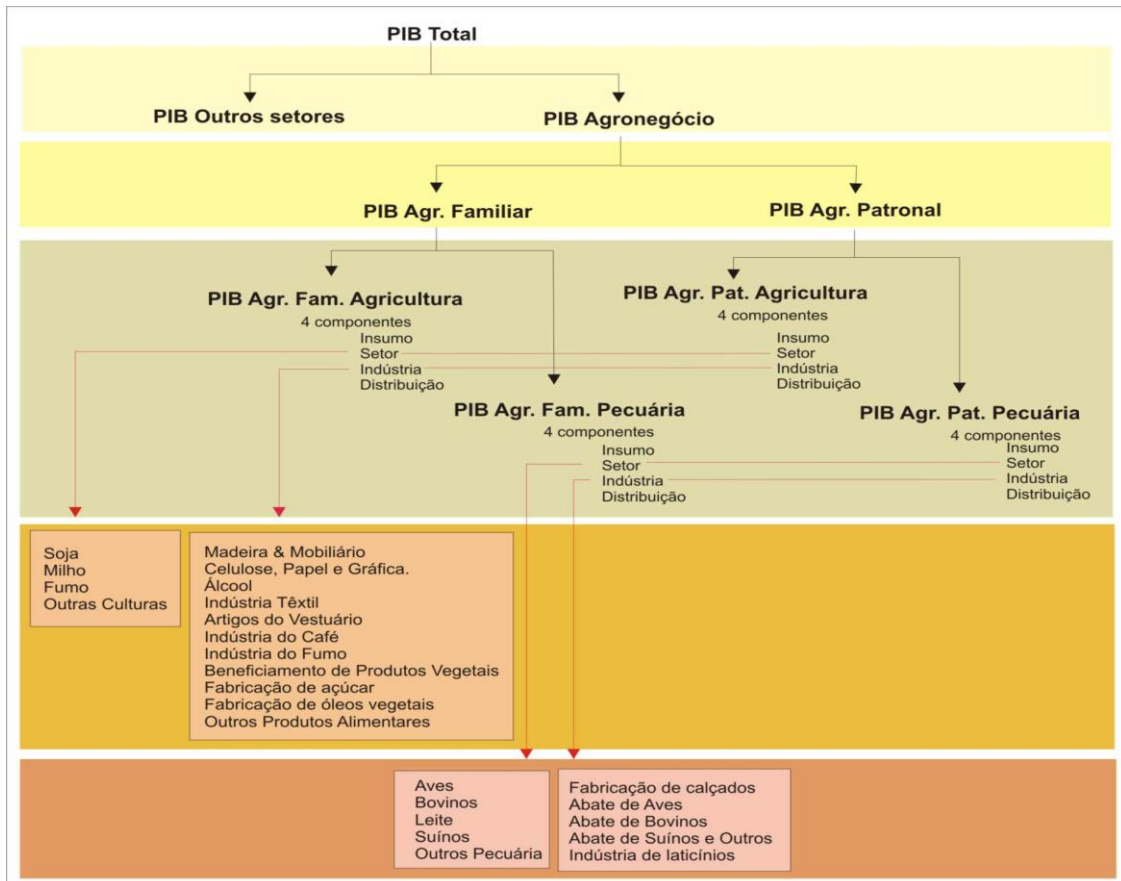
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados, 2006, p. 139.

A maior presença de pessoal ocupado na agricultura não familiar no estado é um reflexo da concentração de terras, uma vez que esta representa 96,0% do total de área agrícola e engloba, além dos empregadores (proprietários de terras), grande número de pessoas que trabalham nas atividades agrícolas nas grandes propriedades rurais de Mato Grosso do Sul. Fato já identificado por Hoffmann e Ney (2010, p.22), que destacam a concentração de terras em latifúndio, apontando o estado em primeiro lugar neste quesito: "(...) Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Amapá não só estão entre os estados com maior desigualdade de terra, como também com maior área média dos estabelecimentos agrícolas: 465,6, 427,0 e 283,0 hectares, respectivamente".

## O PRODUTO INTERNO BRUTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MATO GROSSO DO SUL

A evolução do PIB do agronegócio familiar no período de 1995 a 2005 mostra que, os pequenos agricultores, ou os agricultores familiares, respondem por parcela expressiva da riqueza nacional (GUILHOTO *et al.*, 2007). Conforme os autores, cerca de um terço do agronegócio brasileiro é atribuído à produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares.

A metodologia para cálculo do PIB do agronegócio, utilizada por Guilhoto *et al.* (2007), mensura a agricultura e a pecuária, em que, cada complexo foi dividido em quatro principais componentes: 1) insumos, 2) próprio setor (agricultura e pecuária, 3) processamento e 4) distribuição e serviços. Na Figura 2 apresenta-se a sequência lógica de desagregação da interpretação dos resultados elaborada pelos autores.



**Figura 2.** Metodologia para o cálculo do PIB do agronegócio (Fluxo do processo de análise).

Fonte: Guilhoto *et al.* (2011, p. 17).

De acordo com os dados da Tabela 4, verifica-se que a participação do PIB do agronegócio familiar no PIB total passou de 12,15% em 2002 para 16,20% em 2004, um aumento de 4,1%. Se a análise for feita considerando-se o PIB para o total da lavoura, no período de 2002 para 2004 observa-se aumento de 16,5% enquanto que no total da pecuária ocorreu uma elevação expressiva de 51%. No período seguinte, de 2004 para 2005, ocorreu um aumento de 16,1% no PIB da lavoura e 12,3% na pecuária.

**Tabela 4.** PIB do agronegócio familiar, Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2005 (valores em mil Reais de 2005)

| PIB / Ano                                  | 2002              | 2003              | 2004              | 2005      |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-----------|
| <b>PIB Total do estado MS</b>              | <b>20.453.978</b> | <b>22.009.400</b> | <b>21.392.638</b> | -         |
| % PIB do Agronegócio Familiar no PIB Total | 12,15%            | 13,62%            | 16,20%            | -         |
| PIB do Agronegócio Familiar                | 2.484.698         | 2.997.278         | 3.465.728         | 3.929.233 |
| Lavoura                                    | 828.290           | 1.073.261         | 964.949           | 1.120.395 |
| Pecuária                                   | 1.656.408         | 1.924.017         | 2.500.779         | 2.808.838 |

Fonte: Adaptado de GUILHOTO, J. J. M. et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados. MDA/NEAD, 2007.

No agronegócio patronal (não familiar), houve uma variação negativa de

0,5% na participação no PIB entre 2002 e 2004, passando de 62,88% em 2002 para 62,36% em 2004, conforme apresentado na Tabela 5. No total da lavoura ocorreu um aumento de 18,3% no PIB no período de 2002 para 2004, porém na pecuária o desempenho foi negativo em 7,7% no mesmo período. O desempenho do PIB continuou a apresentar redução de 2004 para 2005, na lavoura em 19,4% e na pecuária em 12,2%.

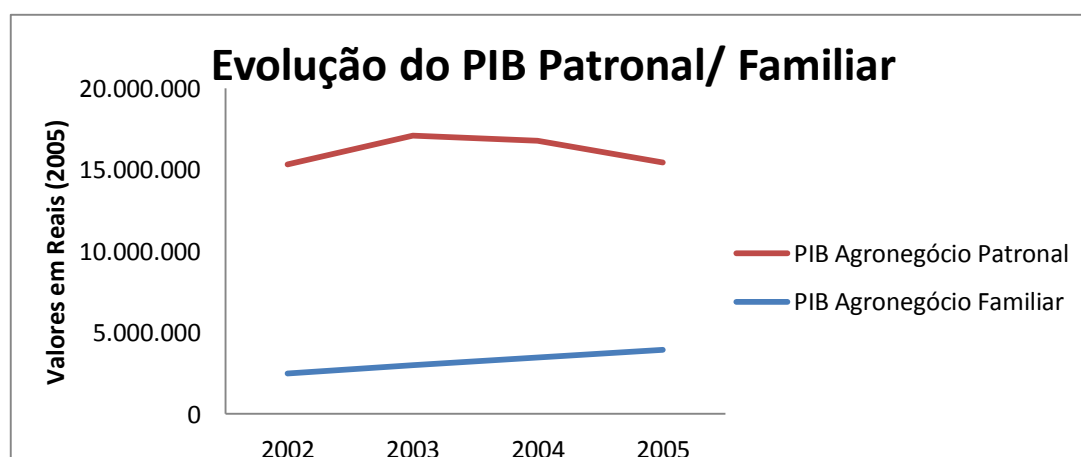
**Tabela 5.** PIB do agronegócio patronal, Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2005 (valores em mil Reais de 2005).

| PIB / Ano                                  | 2002              | 2003              | 2004              | 2005       |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|------------|
| <b>PIB Total do Estado MS</b>              | <b>20.453.978</b> | <b>22.009.400</b> | <b>21.392.638</b> | -          |
| % PIB do Agronegócio Patronal no PIB Total | 62,88%            | 64,18%            | 62,36%            | -          |
| PIB do Agronegócio Patronal                | 12.861.212        | 14.126.105        | 13.339.802        | 11.537.541 |
| Lavoura                                    | 5.488.338         | 6.671.922         | 6.492.219         | 5.435.161  |
| Pecuária                                   | 7.372.874         | 7.454.183         | 6.847.583         | 6.102.380  |

Fonte: Adaptado de GUILHOTO, J. J. M. et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados. MDA/NEAD, 2007.

Analisando-se a variação do PIB nas Tabelas. 4 e 5, verifica-se que em relação ao PIB familiar, a participação no PIB total do estado foi crescente entre 2002 e 2003 com 1,47% de aumento e, entre 2003 e 2004 com 2,58%. Considerando o PIB patronal, essa participação cresceu em 1,3% de 2002 para 2003, já de 2003 para 2004 ocorreu uma redução de 1,82%.

Dessa forma, percebe-se que a agricultura familiar sobressaiu-se na participação da totalidade do PIB do agronegócio no período analisado, como pode ser visualizado na Figura 3, mantendo-se crescente ao longo do período. Enquanto que no grupo patronal o PIB foi declinando a partir de 2003.



**Figura 3.** Evolução do PIB na agricultura patronal e familiar em Mato Grosso do Sul (2002-2005).

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa.

A Tabela 6 apresenta a distribuição do desempenho do PIB da lavoura no agronegócio familiar, considerando os principais produtos, no período de 2002 a

2005. Dentre os produtos que obtiveram um melhor desempenho destacam-se, com oscilações na participação, a soja e a mandioca.

Este resultado justifica-se pela produção de soja de Mato Grosso do Sul, o estado é um grande produtor, o sexto entre os estados brasileiros. Esta produção engloba tanto a agricultura patronal como a familiar. Já o crescimento do cultivo da mandioca, conforme Otsubo e Pesarico (2002) está relacionado com a implantação de agroindústrias (féculas) no estado, neste período. A cultura da mandioca também tem grande destaque no estado, como uma das atividades produtivas mais importantes na agricultura familiar.

**Tabela 6.** Distribuição do PIB do agronegócio familiar na lavoura, em Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2005 (valores em mil Reais de 2005)

| Produtos / Ano | 2002    | 2003    | 2004    | 2005    |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| Arroz          | 27.995  | 51.503  | 46.829  | 22.962  |
| Feijão         | 10.224  | 15.654  | 12.246  | 12.874  |
| Milho          | 33.360  | 72.676  | 50.487  | 22.632  |
| Soja           | 194.139 | 228.645 | 165.913 | 203.662 |
| Cana           | 48.248  | 44.594  | 39.280  | 37.556  |
| Café           | 8.564   | 6.244   | 17.686  | 9.626   |
| Mandioca       | 47.156  | 89.605  | 91.281  | 55.412  |
| Trigo          | 9.974   | 17.338  | 13.371  | 7.605   |
| Algodão        | 8.297   | 13.425  | 13.589  | 8.260   |
| Frutas         | 28.327  | 24.629  | 21.034  | 20.705  |
| Outros         | 3.973   | 8.176   | 14.947  | 9.785   |

Fonte: Adaptado de GUILHOTO, J. J. M. et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados. MDA/NEAD, 2007.

Observa-se na Tabela 6 que a soja, com maior participação no PIB familiar, obteve aumento em seu valor de 17,8% entre 2002 e 2003 e uma redução de 27,4% entre 2003 e 2004, com uma recuperação de 22,8% entre 2004 e 2005. A mandioca, lavoura típica da agricultura familiar, obteve um aumento em 90% no valor do seu PIB, entre 2002 e 2003 e 1,9% de 2003 para 2004, com uma expressiva queda de 39,3% entre 2004 e 2005. As lavouras de cana, milho, arroz e frutas, também tiveram contribuição considerável para o PIB da agricultura familiar, embora com grandes variações no período analisado.

A Tabela 7 apresenta a distribuição do desempenho do PIB da lavoura, considerando o agronegócio patronal e os principais produtos, no período de 2002 a 2005. Dentre as lavouras que obtiveram um melhor desempenho no respectivo período, destacam-se a soja, a cana e o algodão.

Verifica-se que a soja obteve um aumento na sua participação no PIB de 20,6% de 2002 para 2003, porém de 2003 para 2004 diminuiu em 16,5% e caiu mais ainda, em 17%, de 2004 para 2005. A participação da cana caiu 8,5% de 2002 para 2003 e se elevou em 2,5% de 2003 para 2004, já de 2004 para 2005, caiu em 4,3%. O algodão obteve um crescimento de 41,3% de 2002 para 2003, mas diminuiu em 0,6% de 2003 para 2004 e, mais expressivamente em 25,8% de 2004 para 2005.

**Tabela 7.** Distribuição do PIB do agronegócio patronal na lavoura, Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2005 (valores em mil reais de 2005)

| Produtos / Ano | 2002      | 2003      | 2004      | 2005    |
|----------------|-----------|-----------|-----------|---------|
| Arroz          | 130.997   | 243.214   | 262.477   | 138.600 |
| Feijão         | 28.884    | 48.756    | 31.687    | 27.774  |
| Milho          | 189.551   | 397.008   | 263.059   | 133.405 |
| Soja           | 1.183.138 | 1.426.622 | 1.191.256 | 988.269 |
| Cana           | 510.006   | 466.518   | 478.234   | 457.743 |
| Café           | 1.245     | 1.156     | 3.501     | 1.403   |
| Mandioca       | 48.679    | 93.403    | 96.999    | 49.622  |
| Trigo          | 73.165    | 134.034   | 114.094   | 56.969  |
| Algodão        | 253.162   | 357.796   | 355.584   | 221.122 |
| Frutas         | 41.809    | 38.562    | 39.106    | 29.957  |
| Outros         | 39.823    | 77.848    | 88.216    | 83.678  |

Fonte: Adaptado de GUILHOTO, J. J. M. et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados. MDA/NEAD, 2007, p.149.

Nas Tabelas 8 e 9, são apresentados os valores do PIB dos principais setores da pecuária no agronegócio familiar e patronal do estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2005. Na agricultura familiar, conforme a Tabela 8 destacam-se os setores de bovinos, aves e leite. No caso das aves, entre 2002 e 2003 houve um aumento de 14,4% e, de 3,6% entre 2003 e 2004. Entre 2004 e 2005 houve uma considerável queda de 34,7%, possivelmente as condições de mercado em relação aos custos de criação podem ter contribuído para esta queda do PIB. Nos bovinos, atividade com maior representatividade, ocorreu um aumento irrisório de 0,03% entre 2002 e 2003 e, posteriormente queda de 8,6% entre 2003 e 2004 e de 4,6% entre 2004 e 2005. Em relação ao leite, o aumento foi de 13,1% entre 2002 e 2003, 1,3% entre 2003 e 2004 e, de 9,2% entre 2004 e 2005.

**Tabela 8 -** Distribuição do PIB do agronegócio familiar na pecuária, Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2005 (valores em mil Reais de 2005)

| Ano             | 2002    | 2003    | 2004    | 2005    |
|-----------------|---------|---------|---------|---------|
| Aves            | 119.048 | 136.250 | 141.088 | 104.724 |
| Bovinos         | 450.387 | 450.539 | 411.909 | 392.883 |
| Leite           | 58.478  | 66.145  | 67.021  | 73.164  |
| Suínos          | 1.487   | 1.755   | 2.642   | 8.202   |
| Outros Pecuária | 49.033  | 50.517  | 50.206  | 53.607  |

Fonte: Adaptado de GUILHOTO, J. J. M. et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados. MDA/NEAD, 2007.

No agronegócio patronal, conforme a Tabela 9 também se destacam as participações dos setores de bovinos, leite e aves. Em relação às aves, entre 2002 e 2003 houve um aumento de 9,5%, uma queda de 12,5% entre 2003 e 2004 e um considerável aumento de 41,7% entre 2004 e 2005. Nos bovinos ocorreu um aumento irrisório de 0,4% entre 2002 e 2003 e subsequente queda de 10,5% entre 2003 e 2004 e 7,9% entre 2004 e 2005. O leite obteve um aumento de

11,4% entre 2002 e 2003, queda de 4,3% entre 2003 e 2004 e uma pequena elevação de 1% entre 2004 e 2005.

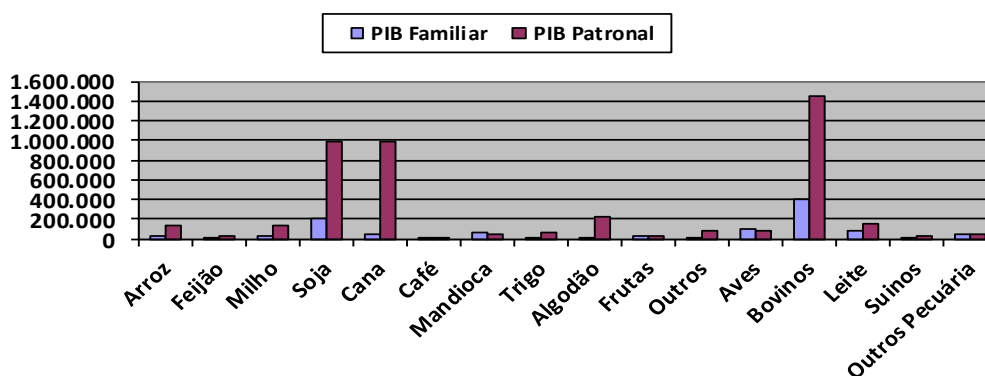
**Tabela 9.** Distribuição do PIB do agronegócio patronal na pecuária em Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2005 (valores em mil reais de 2005)

| ANO             | 2002      | 2003      | 2004      | 2005      |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Aves            | 61.542    | 67.396    | 58.987    | 83.586    |
| Bovinos         | 1.758.347 | 1.765.900 | 1.580.396 | 1.455.920 |
| Leite           | 146.403   | 163.132   | 156.188   | 157.720   |
| Suínos          | 21.454    | 26.039    | 33.611    | 28.247    |
| Outros Pecuária | 61.735    | 60.830    | 62.296    | 50.704    |

Fonte: Adaptado de GUILHOTO, J. J. M. et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados. MDA/NEAD, 2007.

Na Figura 4 visualiza-se a discrepância de participação no PIB do estado entre os principais setores que compõem o agronegócio, agrupados na agricultura e na pecuária, no ano de 2005. Estas discrepâncias de um período para outro, podem ter decorrido por diversos fatores, os quais envolvem as políticas de crédito e comercialização e, principalmente, por problemas climáticos que interferem diretamente na agricultura e na pecuária.

A atividade pecuária tem maior expressividade, destacando-se a participação da bovinocultura tanto na agricultura patronal como na familiar. A avicultura se sobressai na agricultura familiar possivelmente por ser uma atividade que demanda de menor área e menos pessoas envolvidas nas atividades de criação. Outro fator que contribui com esta atividade na agricultura familiar são os contratos com grandes indústrias, nos quais os agricultores ficam integrados desde a implantação do aviário até a fase de abate dos frangos.



**Figura 4.** Distribuição do PIB do Agronegócio de Mato Grosso do Sul, dos componentes da agricultura e pecuária, no ano de 2005: comparação entre a agricultura familiar e patronal

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Na lavoura, a soja também se destaca nos dois grupos, seguida pela cana e algodão que têm destaque somente no grupo patronal. No grupo familiar merecem destaque a lavoura de mandioca e a produção de leite na pecuária, atividades que são mais ligadas às pequenas propriedades e desenvolvidas intensamente nos assentamentos rurais do estado.

Observa-se que a agricultura familiar embora com representatividade inferior à agricultura patronal, na maioria dos componentes da agricultura e da pecuária, tem avançado continuamente no seu papel de produzir alimentos. Muito além da produção para o autoconsumo, sua visibilidade no agronegócio promove o surgimento de políticas públicas, as quais visam fortalecer os agricultores familiares, integrando-os ao mercado e participando do desenvolvimento econômico regional.

## **NOTAS CONCLUSIVAS**

Conhecer as questões que envolvem a agricultura familiar, em relação ao pessoal ocupado e seus índices de participação no Produto Interno Bruto, é essencial para o planejamento de programas de desenvolvimento que atendam as especificidades do estado de Mato Grosso do Sul e para a criação de políticas públicas que atendam as necessidades comuns às regiões brasileiras.

Este estudo possibilitou conhecer e analisar pontos importantes da agricultura familiar que contribuem para o entendimento de sua participação no desenvolvimento rural. Verificou-se que no estado de Mato Grosso do Sul o maior número de pessoas ocupadas na agricultura está na patronal, uma consequência da concentração de terras que predomina no estado. O setor patronal também emprega muitos agricultores familiares no estado.

A análise do PIB do agronegócio do estado, realizada para o período de 2002 a 2005, demonstra que o crescimento dos índices do PIB da agricultura familiar foi superior ao crescimento dos índices do PIB patronal. Este fato destaca a importância e a representatividade da agricultura familiar no agronegócio do estado de Mato Grosso do Sul, mesmo com uma área muito reduzida de terra ocupada por esta modalidade de agricultura e, com deficiência de tecnologia e de assistência técnica em muitas propriedades.

Ressalta-se a necessidade de estudos com dados mais atualizados a fim de se conhecer a realidade atual que, estima-se, ter uma evolução ainda mais dinâmica nos últimos cinco anos. Sendo assim, os dados obtidos até o momento servirão de base para outros trabalhos direcionados à análise de questões relacionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Estudos Rurais*. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: UNICAMP, 1992. 275 p.

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.). *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP e Edusp, 2001. 374 p.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. *A realidade dos assentamentos por detrás dos números. Dossiê Questão Agrária*. Estudos Avançados: São Paulo, v.11, n. 31, set./dec. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a03.pdf>> acesso em: 01 dez. 2011.

BIANCHINI, Valter. *O Universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural*. EMBRAPA Informática Agropecuária-Biblioteca. Rede Agroecologia. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br>> acesso em 25 jun. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.326. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 24 de julho de 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)> acesso em: 06 fev. 2012.

CARMO, M. S.; COMITRE, V. A visão sistêmica na avaliação sócio-ambiental de assentamentos rurais. In.:BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. *Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes*. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 435-452.

CAUME, David José. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26 - 44, jan./abr. 2009. Disponível em: < <http://online.unisc.br/seer/index.php>> Acesso em 24 jun. 2011.

FAO - Organização das nações unidas para a alimentação e agricultura. Representação da FAO no Brasil. *O aumento populacional e os desafios da segurança alimentar*. FAO debate produção e demanda mundial por alimentos no Fórum Sebrae de Conhecimento. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/apdsa.asp>> (acesso em: 01 fevereiro 2013).

GUANZIROLI, C. E. *et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. FAO/MDA. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

GUILHOTO, J. J. M. *et al. O agronegócio familiar no Brasil e nos seus Estados: a contribuição a agricultura familiar para a riqueza nacional*, 2007. <disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br>> Acesso em 05 dez. 2013.



GUILHOTO, J. J. M. *et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil - Estados*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). NEAD Estudos 19. Brasília, 2007. 172 p. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/>> acesso em: 25 mai. 2011

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil*. Grandes regiões e unidades de federação. Brasília: MDA, 2010. 108 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. 267 p., 2006. Disponível em: <[http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess\\_test\\_folder/World\\_Censu\\_Agriculture/Country\\_info\\_2010/Reports/BRA\\_BRA\\_REP\\_2006.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Censu_Agriculture/Country_info_2010/Reports/BRA_BRA_REP_2006.pdf)> acesso em 03 mai. 2011

LEITE, Sergio Pereira. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. *Boletim de Ciências Econômicas*, Coimbra, v. xlx, p. 3-38, 2007. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br>> Acesso em: 18 jun. 2011

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural em Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, UBA: Argentina, N. 34, 1º sem./2011.

OTSUBO, A. A.; PEZARICO, C. R. A cultura da mandioca em Mato Grosso do Sul. OTSUBO, A. A.; MERCANTE, F. M.; MARTINS, C. S. (Editores). *Aspectos do cultivo da mandioca em Mato Grosso do Sul*. Dourados: EMBRAPA; Campo Grande: UNIDERP, 2002. 219 p.

RIODEL, E. *Agricultura familiar também é agronegócio*. Assessoria de Comunicação do Sistema FAMASUL.25/10/2013. <Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/agricultura-familiar-tambem-e-agronegocio>> Acesso em: 06 dez. 2013.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial e o desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Dossiê. Sociologias*. Porto Alegre, Ano 6, N. 1, jan./jun. 2004, p. 99-125. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2013.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 18. N. 51. fevereiro/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>> acesso em 16 jun. 2011.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 409 p.

SOUZA, P. M. de *et al.* Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. Documentos Técnico-Científicos. In: *Revista Econômica do Nordeste – REN*. v. 42, n.º 1. Jan.-mar./ 2011. 219 p.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000, 197 p.

Submetido em 09/03/2012

Aprovado em 18/10/2013

#### **Sobre as autoras**

##### **Adriana Rita Sangalli**

Bacharel em Ciências Contábeis. Mestranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

E-mail: [adrianarita@hotmail.com](mailto:adrianarita@hotmail.com)

##### **Madalena Maria Schlindwein**

Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP; Professora e Pesquisadora da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

Endereço: Rodovia Dourados, Itahum, Km 12 - 79804-970 – Dourados - MS - Brasil

E-mail: [madalenaschlindwein@ufgd.edu.br](mailto:madalenaschlindwein@ufgd.edu.br)